

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 04 de janeiro de 2013.

Nesta edição:

Edição nº 1091

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos2

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contratos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de janeiro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1091

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 005/2013

SORTEIO DE DESEMPATE – ALTERAÇÃO DO HORÁRIO

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o concurso para o cargo de Técnico em Informática – Áreas de Sistemas, Equipamentos, Internet/Intranet e Apoio ao Usuário, Edital nº 171/2012, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 13 de junho de 2012, **RESOLVE**:

COMUNICAR a alteração do horário da realização do sorteio público para desempate da classificação no concurso para às **13 horas e 30 minutos** do dia 08/01/2013, no Auditório Marcelo Dario Muñoz Küfner, localizado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, 3º andar, em Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de janeiro de 2013.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Presidente da Comissão de Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 0031/2013

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** do Procedimento Administrativo de Sindicância, **SPU.PR.01055.00046/2012-8**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 03 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 0032/2013

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** do Procedimento Administrativo de Sindicância, **SPU.PR.01380.00064/2012-7**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 03 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

BOLETIM Nº 007/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR

- a contar de 02 de janeiro de 2013, o servidor GIOVANI RIVERA E SOUZA, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID nº 3440974, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Procuradoria de Justiça II, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 0020/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de janeiro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO Nº 11-09.00/13-8

CONTRATADA: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – PROCEMPA;
OBJETO: prestação de serviços de transmissão de dados;
VALOR MENSAL: R\$ 38.455,23; **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 30 (trinta) meses, a contar do dia 06 de janeiro de 2013, podendo ser prorrogado, por termo aditivo, até o limite legal; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 24, XVI, Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de janeiro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO Nº 12352-09.00/07-9

CONTRATADA: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – PROCEMPA;
OBJETO: rescisão amigável do Contrato de Prestação de serviços – AJDG nº 01/08, a contar de 06 de janeiro de 2013;
FUNDAMENTO LEGAL: artigo 79, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e cláusula sétima do instrumento contratual.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de janeiro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 001/2013

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

- 1) Inquérito Civil, nº 00815.00024/2012, instaurado pela Promotora de Justiça **Camila Lummertz**, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar irregularidade no cumprimento do contrato de compra e venda de fração de terreno.
- 2) Inquérito Civil, nº 01220.00021/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **André Fernando Janson Carvalho Leite**, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de apurar irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, relativas ao controle de frequência.
- 3) Inquérito Civil, nº 00945.00027/2012, instaurado pela Promotora de Justiça **Daniela Pires Schwab**, da Promotoria de Justiça Especializada de Rodeio Bonito, com a finalidade de apurar ato de improbidade administrativa, consistente em desvio de valores pagos a título de taxas a serem pagas à Secretaria Estadual do Meio Ambiente.
- 4) Inquérito Civil, nº 00815.00022/2012, instaurado pela Promotora de Justiça **Camila Lummertz**, da Promotoria de Justiça Especializada Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar irregularidades cometidas por servidora enquanto trabalhava na SEMAN.
- 5) Inquérito Civil, nº 00729.00026/2012, instaurado pela Promotora de Justiça **Marcela Romera**, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar improbidade administrativa por parte de Conselheira Tutelar, nos termos da Lei nº 8.429/92, em especial na forma do art. 11, inc. II.
- 6) Inquérito Civil, nº 00723.00074/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Alécio Silveira Nogueira**, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar liberação de verbas do fundo municipal de desenvolvimento integrado para fins não previstos em lei específica.
- 7) Inquérito Civil, nº 00918.00027/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Luciano Alessandro Winck Gallicchio**, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de apurar improbidade administrativa consistentes na violação dos princípios da administração pública mediante a prática de ato visando a fim proibido em lei.
- 8) Inquérito Civil, nº 00729.00024/2012, instaurado pela Promotora de Justiça **Marcela Romera**, da Promotoria de Justiça

Especializada de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar improbidade administrativa em razão de perseguição a servidor público.

9) Inquérito Civil, nº 00727.00024/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Manoel Figueiredo Antunes**, da Promotoria de Justiça Especializada de Cacequi, com a finalidade de apurar improbidade administrativa praticada por agente penitenciário do Presídio Estadual

10) Inquérito Civil, nº 00743.00035/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Cristiano Ledur**, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, com a finalidade de apurar improbidade administrativa na cumulação ilegal de funções públicas por médico de ESF.

11) Inquérito Civil, nº 00815.00024/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Luís Augusto Gonçalves Costa**, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, com a finalidade de apurar improbidade administrativa consistente na divulgação de maneira excessiva de obras e investimentos da administração pública em ano eleitoral.

12) Inquérito Civil, nº 00729.00027/2012, instaurado pela Promotora de Justiça **Marcela Romera**, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar ato de improbidade administrativa em razão da utilização veículo do município pelo Prefeito e Vice eleitos.

13) Inquérito Civil, nº 00882.00041/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Bruno Pereira Pereira**, da Promotoria de Justiça Especializada de São Francisco de Paula, com a finalidade de apurar irregular uso de patrimônio público em favor de particulares da prefeitura municipal.

14) Inquérito Civil, nº 00748.00344/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Mauro Rocha de Porchetto**, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar irregularidades na administração dos suprimentos e do registro de ponto dos funcionários.

15) Inquérito Civil, nº 00861.00039/2012, instaurado pela Promotora de Justiça **Simone Spadari**, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar irregularidade na aplicação das verbas públicas e mensalidades recebidas por Cooperativa.

16) Inquérito Civil, nº 00718.00027/2012, instaurado pela Promotora de Justiça **Luciana Cano Casarotto**, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de apurar possível irregularidade na cobrança de taxa de água e esgoto.

17) Inquérito Civil, nº 00801.00110/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Henrique Rech Neto**, da Promotoria de Justiça Especializada de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar irregularidades no Procedimento de Dispensa de Licitação.

18) Inquérito Civil, nº 00882.00036/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Bruno Pereira Pereira**, da Promotoria de Justiça Especializada de São Francisco de Paula, com a finalidade de apurar irregularidades na licitação de locação de máquinas da prefeitura.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de janeiro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1091

19) Inquérito Civil, nº 00748.00340/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Mauro Rocha de Porchetto**, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar Possíveis irregularidades na subcontratação de empresas através do Contrato n.º 118/2007.

20) Inquérito civil, nº 00801.00104/2012, instaurado pelo promotor de justiça **Henrique Rech Neto**, da promotoria de justiça especializada de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar irregularidades na concorrência 001/2010 referente ao transporte de estudantes.

21) Inquérito Civil, nº 00952.00008/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça **Fernando Cesar Sgarbossa**, da Promotoria de Justiça Especializada de Parobé, com a finalidade de apurar irregularidades na votação de Projeto de Lei .

22) Inquérito Civil, nº 00748.00338/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Mauro Rocha de Porchetto**, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar irregularidades nas ações de prevenção e repressão a infrações de trânsito.

23) Inquérito Civil, nº 00801.00105/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Henrique Rech Neto**, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar irregularidades no Convite número 193/2009 referente à aquisição de material de construção destinado à reforma e construção de residências de pessoas carentes.

24) Inquérito Civil, nº 00953.00006/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Carlos Augusto Fiorioli**, da Promotoria de Justiça Especializada de Teutônia, com a finalidade de apurar irregularidades na concessão e fiscalização do serviço de táxi do município.

25) Inquérito Civil, nº 00801.00109/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Henrique Rech Neto**, da Promotoria de Justiça Especializada de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar irregularidades em contratação de serviços terceirizados.

26) Inquérito Civil, nº 00748.00348/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça **Mauro Rocha de Porchetto**, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar irregularidades em face das contribuições previdenciárias de servidores inativos, por acordos prejudiciais.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de janeiro de 2013.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 08/2012 - CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º

23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil n.º 86/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses , da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de Averiguar denúncia relativa a falta de iluminação, limpeza e risco de queda de árvores na Via Pública – Travessa São Caetano, Bento Gonçalves, tendo como investigado o Município de Bento Gonçalves

02) Inquérito Civil n.º 42/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar PPCI- Plano de Proteção e Combate Contra Incêndio, tendo como investigado a Escola de educação infantil Esconderijo Sapeco Recreações LTDA, neste Município.

03) Inquérito Civil n.º 43/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar proteção da ordem urbanística - Estatuto da cidade - instalação de postes de transmissão pela eletrobrás na Rua Antônio Broilo, tendo como investigado o Município de Caxias do Sul.

04) Inquérito Civil n.º 15/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de Apurar irregularidades na obra de asfaltamento da Rua Máximo Pereira, tendo como investigado o Município Arroio Grande.

05) Inquérito Civil n.º 47/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar descumprimento de legislação urbanística- dano ao interesse público e coletivo em desmembramento/ loteamento de área de terras pertencentes à Genilda e Sérgio Riva, tendo como investigados Genilda Riva, Sergio Alberto Riva e Município de Caxias do Sul.

06) Inquérito Civil n.º 85/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no parcelamento do solo, no município de Santa Cruz do Sul, de responsabilidade de Vilmar José Ziin e sua esposa Maria Lizete Zinn, Teresinha Marlene Zinn De Oliveira e seu esposo Eugênio Nunes De Oliveira, Irena Kaiser e seu esposo Pedro Raimundo Da Silva Cardoso, Egon José Kist, Carlos Alberto Kaercher e Sucessão De Edmundo José Zinn e Francisca Haas Zinn, tendo como investigados Vilmar José Ziin, Maria Lizete Zinn, Teresinha Marlene Zinn De Oliveira, Eugênio Nunes De Oliveira, Irena Kaiser, Pedro Raimundo Da Silva Cardoso, Egon José Kist, Carlos Alberto Kaercher e Sucessão De Edmundo José Zinn e Francisca Haas Zinn.

07) Inquérito Civil n.º 22/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar a existência de parcelamento irregular do imóvel localizado em Campo do Sobrado, no município de Passo do Sobrado/RS, de propriedade de Pedro Rainaldo Ferreira, Terezinha Maria Ferreira e



Gil de Queiroz Ferreira.

08) Inquérito Civil n.º 87/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar existência de loteamento irregular na chamada Vila São João, tendo como investigado Darni Silveira, João Ferreira Braz, Gilberto Fernandes Braz, Manoel Ferreira Braz.

09) Inquérito Civil n.º 66/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, da Promotoria Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar pista de arrancada de Santa Maria (antiga PASM) em desacordo com as normas de segurança entre outras irregularidades, tendo como investigados Fernando Rigol e Rigol Competições.

10) ADITAMENTO À PORTARIA DO Inquérito Civil n.º 29-/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Trevisan, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade acrescentar como investigado: SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE SAPUCAIA DO SUL, CNPJ 92.008.481/0001-08, situada na Rua Dom Feliciano, 42, Bairro Bela Vista, em Sapucaia do Sul.

11) Inquérito Civil n.º 38/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Trevizan, da Promotoria Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de apurar irregularidade na sinalização de trânsito, quebra-molas instalados na via pública e entulhos que obstruem o trânsito, tendo como investigado o Município de Sapucaia do Sul.

12) Inquérito Civil n.º 29/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Amélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades nas obras de pavimentação e saneamento básico implementadas ou a implementar nas Ruas Hortências e Violetas, junto ao bairro Cantares, em Carazinho, ocasionando acúmulo de águas residuárias, vetores e mal, com riscos à saúde humana, tendo como investigado o Município de Carazinho

13) Inquérito Civil n.º 53/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de Investigar eventuais irregularidades/ilegalidades no "alastramento" das chamadas "áreas verdes" (estacionamento pago e rotativo junto às vias públicas), tendo como investigado o Município de Caxias do Sul e Rek Parking Empreendimentos e participações LTDA.

14) Inquérito Civil n.º 23/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, da Promotoria de Justiça de Canela, com a finalidade de investigar criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Canela, com o objetivo de determinar os bens a serem tombados e zelar pela preservação dos mesmos, conforme a Lei Municipal n.º 2.805, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Canela, tendo como investigado o Município de Canela/RS.

15) Inquérito Civil n.º 82/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando Cesar Sgarbossa, da Promotoria de Justiça

de Parobé, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na Rua 13 de Maio, do loteamento Arthur Henemann, tendo como investigado o Loteamento Arthur Henemann.

16) Inquérito Civil n.º 68/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar VILA SAPO – ÁREA DE RISCO EM OCUPAÇÕES, tendo como investigado o Município de Caxias do Sul/RS.

17) Inquérito Civil n.º 12/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Pietro Chidichimo Júnior, da Promotoria de Justiça de Mostardas, com a finalidade de investigar possível ocupação irregular de terras no Município de Mostardas, tendo como investigado: Prefeitura de Mostardas.

18) Inquérito Civil n.º 62/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de verificar a possível existência de loteamento irregular, na Rua Vereadora Lorinha, em Arambaré/RS, tendo como investigados: Carlos Valnir Marques Pizzio e Alex Sandro Barbosa Ferraz.

19) Inquérito Civil n.º 98/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no parcelamento de solo, em Linha Nova, interior do município de Santa Cruz do Sul, tendo como investigados Vilson José Soder e Deise Clarisse Soder.

20) Inquérito Civil n.º 100/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de verificar a legalidade do empreendimento Vila Jardim, localizado na Rua Eça de Queiroz, no platô da encosta da Rua Conselheiro Silva Branco, Bairro Verena, de propriedade da Urbanizadora Santa Cruz LTDA, no município de Santa Cruz do Sul, tendo como investigados: Urbanizadora Santa Cruz LTDA e Município de Santa Cruz do Sul.

21) Inquérito Civil n.º 01/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no parcelamento do solo, no município de Santa Cruz do Sul, de responsabilidade de Idalina Soder, Amanda Amélia Konzen e seu esposo Arno Aluyz Konzen, Roque Soder e sua esposa Loreta Joana Soder, Deomar de Oliveira Lopes e sua esposa Marlise Teresinha de Oliveira Lopes, Luiz Carlos Baumgarten e sua esposa Sandra Maria Baumgarten, tendo como investigados Idalina Soder, Amanda Amélia Konzen, Arno Aluyz Konzen, Roque Soder, Loreta Joana Soder, Deomar de Oliveira Lopes, Marlise Teresinha de Oliveira Lopes, Luiz Carlos Baumgarten e Sandra Maria Baumgarten.

22) Inquérito Civil n.º 75/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Loteamento Irregular no Travessão Santa Tereza (proximidades do Motel Samurái) e Loteamento Irregular na Rua João Orestes Faoro (ao lado do pontilhão que passa sobre o Arroio Pinhal) – Loteamento Irregular ou Clandestino –



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de janeiro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1091

Regularização fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigados: Adroaldo de Oliveira Rezendes, Isolete Margarida Küster, Ademar Antônio Dias do Amaral, Rudiney Ferreira, Dirlei de Souza Gomes

23) Inquérito Civil n.º 26/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar exclusão de edificações do inventário de proteção ao patrimônio histórico e cultural do Município de São Leopoldo da listagem da lei aprovada pela Câmara de Vereadores, tendo como investigado o Município de São Leopoldo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.